



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Defesa Civil
Superintendência Administrativa

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2023

AQUISIÇÃO DE BENS

AQUISIÇÃO DE MATERIAL VIDEOLAPAROSCÓPICO PERMANENTE PARA O CENTRO CIRÚRGICO DO HOSPITAL CENTRAL ARISTARCHO PESSOA (HCAP)

Processo Eletrônico SEI-270060/001281/2021

ÍNDICE

1. Introdução
2. Do objeto, do prazo de entrega e da forma de fornecimento
3. Da abertura
4. Dos recursos orçamentários
5. Tipo de licitação e preço máximo admitido
6. Das condições de participação
7. Credenciamento
8. Da conexão com o sistema e do envio das propostas
9. Da proposta de preços
10. Da abertura das propostas e da formulação de lances
11. Do julgamento das propostas
12. Da habilitação
13. Das amostras
14. Dos recursos
15. Adjudicação, homologação e contratação
16. Condições de pagamento
17. Das sanções administrativas e demais penalidades
18. Aceitação do objeto contratual
19. Do prazo
20. Garantia
21. Disposições gerais e Anexos

1. INTRODUÇÃO

1.1 O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Secretaria de Estado de Defesa Civil, com sede na Praça da República n.º 45 - Centro – RJ , inscrito no CNPJ sob o n.º 28.176.998/0004-41, na Praça da República n.º 45 - Centro – RJ, CEP: 20211-350, torna público que, devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas, o Ilustríssimo Senhor CEL BM PAULO FERREIRA NUNES - Cel BM, Diretor-Geral de Administração e Finanças da SEDEC, Id Funcional 002616154 ora denominado AUTORIDADE COMPETENTE, na forma do disposto no **Processo Administrativo n.º SEI-270060/001281/2021** que no dia, hora e endereço eletrônico indicados no item 3 deste edital, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** que será regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais n.ºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, da Resolução SEPLAG n.º 429, de 11 de janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e conduzida pelo pregoeiro com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3 As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 01 (uma) resma de papel A4, na Coordenação de Licitações e Contratos do Diretoria-Geral de Administração Finanças/SEDEC com sede na Praça da República N.º 45 - Centro – RJ. Tel. 21 2333-3085.

1.5 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço: Coordenação de Licitações e Contratos da Diretoria Geral de Administração Finanças/SEDEC com sede na Praça da República N.º 45 - Centro – RJ, de 9h às 17h, ou, ainda, através do e-mail pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br ou licita.sedec@gmail.com.

1.5.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento das propostas.

1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Coordenação de Licitações e Contratos do Diretoria-Geral de Administração Finanças/SEDEC com sede na Praça da República N.º 45 - Centro – RJ, de 09:00h às 17:00h, ou, ainda, através do e-mail pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br ou licita.sedec@gmail.com.

1.6.1 Caberá ao ORDENADOR DE DESPESAS, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas antes da abertura da sessão pública .

1.7 Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimentos serão divulgados mediante nota no portal www.compras.rj.gov.br através do n.º PE 42/23 na parte relacionada a futuras licitações, ficando as empresas interessadas em participar do certame, que não adquiriram o Edital no mencionado órgão, obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

2. DO OBJETO, DO PRAZO DE ENTREGA E DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 O objeto do presente pregão eletrônico é a aquisição de **Material Videolaparoscópico Permanente Para O Centro Cirúrgico Do Hospital Central Aristarcho Pessoa (HCAP)**, na forma do Termo de Referência.

2.2 O prazo máximo de entrega deverá ser de 30 (**trinta**) dias corridos, a contar da retirada da Nota de Empenho.

2.3 O fornecimento do objeto será **de forma integral**, de acordo com a forma indicada no Termo de Referência.

3. DA ABERTURA

3.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital, conforme indicado abaixo:

Posição	Dia	Mês	Ano	Horário
Início acolhimento das propostas	04	05	2023	09h
Limite acolhimento das propostas	17	05	2023	08h59min
Data de abertura das propostas	17	05	2023	13h30min
Data da realização do Pregão	17	05	2023	14h
Processo nº	SEI-270060/001281/2021			
Tipo	MENOR PREÇO POR LOTE			
Prazo para impugnação	até 2 (dois) dias úteis			
Portal	www.compras.rj.gov.br			

3.2 Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários à realização do serviço ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária - Célula de Crédito:

Fonte: 230000000 - RECURSOS PRÓPRIOS

Programa de Trabalho: 10.302.0476.5782 - REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CBMERJ

Natureza da Despesa: 4490 - APLICAÇÕES DIRETAS

5. TIPO DE LICITAÇÃO E PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

5.1 O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo **Menor Preço Por Lote**.

5.2 Os preços máximos unitários admitidos pelo ÓRGÃO LICITANTE para cada lote estão fixado na Planilha Estimativa de Quantitativo e Preços Unitários – Anexo IV do Edital e o valor reservado pelo CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO para fazer frente à despesa da presente licitação é de R\$ 78.060,53 (setenta e oito mil e sessenta reais e cinquenta e tres centavos).

PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Unidade de Fornecimento	Quantidade total	Valor Unitário do item R\$	Valor do Total do item R\$
------	---------------------	-------------------------	------------------	----------------------------	----------------------------

01	PINÇA BIPOLAR VIDEOLAPAROSCOPIA, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL, MATERIAL: AÇO INOX, CORTE: COM CORTE DE 4 A 6 CM, DIÂMETRO TUBO: 5 MM, PONTA MARYLAND, AÇÃO: BIPOLAR, COMPRIMENTO: 36 CM, EMPUNHADURA: BIPOLAR FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.211.0032 (ID – 138985)	UN	02	R\$ 1.763,3333	R\$ 3.526,666
02	CABO ELETROCAUTÉRIO, TIPO PINÇA: DIATERMIA BIPOLAR 4~5MM/SEM PINÇA, COMPRIMENTO:250~350CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Compatível com item 1 (pinça Bipolar) Código do Item: 6519.091.0006 (ID – 140941)	UN	02	R\$ 880,05	R\$ 1.760,10
VALOR TOTAL LOTE 1 = R\$ 5.286,766					
LOTE 02					
03	PINÇA MONOPOLAR VIDEOLAPAROSCOPIA,ESTERILIZ AÇÃO: AUTOCLAVAVEL, MATERIAL: ACO AISI 304, CORTE: N/D, DIAMETRO: TUBO 5MM, PONTA: HOOK COM GANCHO ANGULO RETO, AÇÃO: DISSECCAO, COMPRIMENTO: 33 CM COM CONECTOR PARA ELETRODO, EMPULHADURA: SEM CREMALHEIRA Código do Item: 6515.356.0003 (ID – 97236)	UN	02	R\$ 1.875,75	R\$ 3.751,50
04	PINÇA, APLICAÇÃO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVÁVEL, AÇO INOX E WIDIA NA MANDÍBULAS, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM MODELO: PORTA AGULHAS FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0132 (ID – 144013)	UN	02	R\$ 3.143,75	R\$ 6.278,50
05	PINÇA, APLICAÇÃO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVÁVEL, TUBO PLÁSTICO, TUBO METÁLICO, EMPUNHADURA POLÍMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM, MODELO: APREENSÃO E EXTRAÇÃO RETA, COM DENTES, 5 MM DE DIÂMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0142 (ID – 150320)	UN	02	R\$ 2.452,50	R\$ 4.905,00

06	PINCA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL, TUBO PLASTICO, TUBO METALICO, EMPUNHADEIRA POLIMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM, MODELO: APREENSAO RETA, FENESTRADA, 5 MM DE DIAMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0143 (ID – 150408)	UN	02	R\$ 2.331,20	R\$ 4.662,40
07	TESOURA CIRURGICA, MATERIAL: REVESTIDA EM PORCELANA, MODELO: METZEMBAUM, TAMANHO: 5 MM X 33 CM, TIPO PONTA: CURVA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, REGISTRO MINISTERIO SAUDE MS: REGISTRO MINISTERIO SAUDE, NORMA: N/D Código do Item: 6519.186.0045 (ID – 99825)	UN	02	R\$ 2.571,6667	R\$ 5.143,3334
08	CANULA ASPIRACAO, MATERIAL: TIPO HOOK, MEDIDA: 5,0MMX30~36CM (DXC), ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, CARACTERISTICAS CONSTRUTIVAS: PARA USO EM VIDEOLAPAROSCOPIA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.464.0017 (ID – 150321)	UN	02	R\$ 290,6850	R\$ 581,37
09	PINCA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL, TUBO PLASTICO, TUBO METALICO, SEM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 33 CM, MODELO: CONTRA PORTA-AGULHAS, 5 MM DE DIAMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0131 (ID – 144012)	UN	02	R\$ 2.205,00	R\$ 4.410,00
10	PINCA ENDOSCOPICA, DIAMETRO: 5 MM, MATERIAL: ACO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MARYLAND, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACO: DISSECCAO E APREENSAO, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: ROTATORIA / CONECTOR DE CAUTERIO MONOPOLAR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.191.0064 (ID – 140664)	UN	02	R\$ 2.068,3333	R\$ 4.136,6666
11	AGULHA VERESS, TIPO: ENDOSCÓPICA REUTILIZÁVEL, MATERIAL: ACO, COMPRIMENTO: 120 MM Código do Item: 6515.030.0004 (ID – 99874)	UN	02	R\$ 680,00	R\$ 1.360,00

12	PINÇA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL, TUBO PLÁSTICO, TUBO METÁLICO, EMPUNHADURA POLÍMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO:30~36CM, MODELO: REDDICKOLSEN, APREENSÃO RETA, PONTA ROMBA, 5MM DE DIÂMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0136 (ID – 144129)	UN	02	R\$ 2.138,3333	R\$ 4.276,6666
13	PINÇA ENDOSCÓPICA, DIÂMETRO: 5 MM, MATERIAL: AÇO INOX, TIPO PONTA: ENDOCLINCH /MANDÍBULA, COMPRIMENTO: 30~36 MM, ACAO: RETIRADA DE CORPO ESTRANHO E DISSECÇÃO, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL, TIPO: ROTATÓRIA, CONECTOR DE CAUTERIO MONOPOLAR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.191.0061 (ID – 140661)	UN	02	R\$ 671,3333	R\$ 1.342,6666
14	CABO ELETROCAUTÉRIO, TIPO PINÇA: MONOPOLAR/ DIATERMIA SEM PINÇA, MACHO / FÊMEA ENCAPADA DE SILICONE, COMPRIMENTO: 3,00 M, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.091.0008 (ID – 144131)	UN	02	R\$ 320,1225	R\$ 640,245
15	ASPIRADOR/IRRIGADOR LAPAROSCOPIA, MATERIAL: AÇO INOX, TIPO: EMBOLO, REVESTIMENTO: EMBOLO EM POLÍMERO ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA/MECÂNICA, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVAVEL, COMPRIMENTO: 33 ~ 42 CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6517.388.0001 (ID – 144009)	UN	02	R\$ 2.304,83	R\$ 4.609,66
16	PINCA ENDOSCOPICA,DIAMETRO: 10 MM, MATERIAL: ACO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MANDIBULA PARA CLIPS MEDIO/LARGO DE TITANEO, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACAO: APLICACAO DE CLIPS, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: EMPUNHADURA COM DISPOSITIVO DE TRAVA / ROTATORIA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.191.0063 (ID – 140663)	UN	02	R\$ 3.537,045	R\$ 7.074,09
17	CAIXA PARA ESTERILIZACAO,FINALIDADE: INSTRUMENTAIS DE VIDEO, MATERIAL: ACO INOX, RESISTENCIA: PROCESSOS MEIOS FISICOS - QUIMICOS, TIPO: PERFURADA COM SUPORTE PARA INSTRUMENTOS, TAMPA: COM TAMPA, DIMENSOES: 530 X 290 X 200 MM Código do Item: 6518.111.0017 (ID – 112179)	UN	02	R\$ 1.228,0367	R\$ 2.456,0734

18	CAIXA PARA ESTERILIZACAO,FINALIDADE: OPTICAS CIRURGICOS, MATERIAL: ACO INOX AISI-304, RESISTENCIA: PROCESSOS MEIOS FISICOS - QUIM, TIPO: PERFURADA COM SUPORTE EM SILICONE PARA INSTRUMENTAL, TAMPA: COM TAMPA, DIMENSOES: 321 X 90 X 45 CM Código do Item: 6518.111.0011 (ID – 99275)	UN	08	R\$ 1.130,6667	R\$ 9.045,3336
19	PINÇA ENDOSCÓPICA, DIÂMETRO:10 MM, MATERIAL: AÇO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MIXTER, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACAO: DISSECCAO E APREENSAO,ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: ROTATORIA COM EMPUNHADURA METALICA, FORMA Código do Item: 6515.191.0065 (ID – 140665)	UN	02	R\$ 4.045,63	R\$ 8.091,26

VALOR TOTAL DO LOTE 2 = R\$ 72.764,7652

VALOR TOTAL DOS DOIS LOTES SOMADOS= R\$ 78.060,53

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pelo órgão central do sistema logístico SEPLAG.

6.2 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas por:

a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02;

b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.3 Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.3.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

6.5 O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

6.5.1 Em caso de não atendimento do contido no subitem 6.5, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063, de 2009.

6.5A O licitante deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que não lhe foram aplicadas as seguintes

penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

6.6 Não será permitida a participação em regime de consórcio.

7. CREDENCIAMENTO

7.1 Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis da data de abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/02.

7.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao SIGA.

7.2.1 O licitante obterá o código de acesso ao SIGA junto ao endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, clicando na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguindo as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

7.2.1.1 O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações sobre a empresa, pessoas que irão operar o SIGA e as famílias de itens que fornece. Após essa digitação, o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo um Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Junto com esse Termo de Responsabilidade o licitante deverá enviar a documentação requerida para a SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão, no endereço informado no portal.

7.2.1.2 Após o recebimento da documentação, a SEPLAG, através do SIGA, enviará para o e-mail informado do licitante o código de acesso às funcionalidades do SIGA. Quando o licitante acessar o SIGA deverá colocar seu código informado e a senha: SIGA. Essa senha servirá apenas para o primeiro acesso, pois o sistema irá solicitar que o licitante digite uma senha nova, confirme essa senha e escreva uma pergunta e resposta. O sistema confirmará a nova senha que deverá ser usada nos próximos acessos.

7.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SEPLAG ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

7.4 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à SEPLAG, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

8. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

8.1 Observado o disposto nos itens 6 e 7 deste edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do SIGA, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme subitem 3.1 deste edital.

8.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SIGA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3 Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do SIGA, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

8.3.1 No momento da abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta constante do

Anexo IV, que deverá ser apresentada no momento indicado pelo item 15.2.1.

8.4 Caberá ao licitante acompanhar as operações no SIGA durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do SIGA, em campo específico, a ser integralmente preenchido.

9.1.1 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.1.2 O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa (Anexo VIII-B), somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

9.1.3 Os documentos anexados durante a inserção da proposta de preços (*folders*, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

9.1.4 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material(is) constante(s) do objeto desta licitação.

9.2 A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

9.3 Caso o licitante se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo III do Edital.

9.4 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/16, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

9.5 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

9.6 A proposta de preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.7 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

9.7.1 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Administração, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 A partir do horário previsto no subitem 3.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.1.1 O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h00minh as 18h00minh e, após esse período, será bloqueado para tal finalidade.

10.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de

aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

10.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

10.5 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o SIGA permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

10.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.7.1 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

10.7.2 O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até as 17h20min, tendo em vista que, às 18h00min, o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

10.8 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no item 9.5.

10.8.1 No caso de empate entre as propostas de menor preço e não sendo apresentados lances, sem prejuízo do disposto no item 11.3, será assegurada preferência como critério de desempate, sucessivamente, aos bens e serviços: (a) produzidos no País; (b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; (c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e (d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Persistindo o empate, o sorteio público será utilizado como critério de desempate.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, na forma do item 5. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste edital, especialmente o item 11.3.

11.2 O SIGA informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 11.3 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à sua redução.

11.3 Havendo empate no momento do julgamento das propostas de preços será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

11.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

11.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abduque desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

11.3.3 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.4 Se a proposta de preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.4.1 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 10.8 e/ou subitem 11.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

11.5 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

11.6 A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1 Regras Gerais

12.1.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste Edital, o licitante detentor da melhor proposta de preços ou do lance de menor valor deverá encaminhar para o seguinte endereço: Coordenação de Licitações e Contratos da Diretoria Geral de Administração Finanças/SEDEC com sede na Praça da República N° 45 - Centro – RJ, no prazo máximo de (03) três dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

a) Declaração na forma do Anexo V – declaração de inexistência de penalidade, de que não foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

a1) suspensão temporária na participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

a2) impedimento de licitar e contratar pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei 10.520/02);

a3) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art.87, IV da Lei nº 8.666/93).

b) os documentos de habilitação previstos no item 12.2 a 12.6;

c) a proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.

12.1.1.1 Uma vez recebidos os documentos, o Pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

12.1.1.2 Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 14.2, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

12.1.2 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Ordenador de Despesas na hipótese de existência de recursos.

12.1.3 Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.1.4 O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos – SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 12.2.1; 12.3.1; 12.4.1 e 12.6.1.

12.1.4.1 Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no item 12.5.

12.1.4.2 Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nos itens 12.2 a 12.6.

12.1.5 Excepcionalmente, caso as medidas de isolamento social determinadas pelo Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro para enfrentamento do COVID19 ainda estejam em vigor, será adotado, preferencialmente, o envio da documentação de habilitação por meio eletrônico, acompanhada de declaração quanto a autenticidade dos documentos, através do seguinte endereço eletrônico: pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br / licita.sedec@gmail.com, observado o prazo estabelecido no item 12.1.1.

12.2 Habilitação Jurídica:

12.2.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) cédula de Identidade e CPF dos sócios ou diretores;
- b) registro comercial, no caso de empresário, pessoa física;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

2.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

12.3.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.2.1) caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

12.3.2 Na hipótese de tratar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

12.3.2.1 Caso a documentação apresentada pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

12.3.2.2 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

12.3.2.3 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

12.4 Qualificação Econômico-financeira

12.4.1 O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

12.4.1.1 As certidões comprobatórias do atendimento ao disposto no item 12.4.1, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

12.4.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

12.5 Qualificação Técnica

12.5.1 Todos os licitantes deverão comprovar a aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto deste edital mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

12.6.2 Certificado de Registro do Produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou cópia da publicação do registro no Diário Oficial da União. Será permitida a apresentação de cópia autenticada do protocolo de pedido de revalidação do registro junto à ANVISA, desde que tenha sido requerido nos termos do §6º do artigo 12 da Lei nº 6.360/76, em nome da licitante;

12.6.3 Licença de Funcionamento ou Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal para a atividade desenvolvida pela licitante;

12.6.4 Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) participante da licitação emitida pela ANVISA.

12.7 – Do Prazo de Validade das Certidões

12.7.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

13. DAS AMOSTRAS

13.1 Será exigida do primeiro colocado a apresentação de **AMOSTRA DOCUMENTAL** de cada um dos itens arrematados, a ser encaminhada ao pregoeiro, localizado na **Coordenação de Licitações e Contratos do Diretoria Geral de Administração Finanças/SEDEC com sede na Praça da República, 45, Centro – Rio de Janeiro, Tel.: (21) 2333-3085**. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com o nome do licitante responsável pelo envio.

13.2 A apresentação da amostra do produto cotado tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, devendo ser atendida no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da sua notificação, que será efetivada por aviso incluso no “chat mensagem” do correspondente item ou lote.

13.3 A amostra será analisada pelo assessor técnico, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada.

13.4 As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante.

13.5 A proposta do licitante será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo o licitante, neste caso, ser notificado para ciência do laudo e retirada da amostra. Caso a amostra não seja retirada pelo licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, presumir-se-á seu desinteresse em relação à retirada da amostra, que poderá ser descartada ou incorporada ao patrimônio do CBMERJ/SEDEC.

13.6 A desclassificação da proposta na forma prevista no subitem anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à amostra.

13.7 Os insumos cujo padrão de qualidade e desempenho estejam em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, será recusado pelo militar designado oficialmente como responsável, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas observadas. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

14. DOS RECURSOS

14.1 O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

14.2. As razões e contra-razões do recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail (pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br / licita.sedec@gmail.com) ou envio do original para a Coordenação de Licitações e Contratos da Diretoria Geral de Administração Finanças/SEDEC com sede na Praça da República Nº 45 - Centro – RJ, desde que observado o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame. **Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a respectiva intenção de interpor.**

14.3 A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o subitem 14.1.

14.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

14.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6 As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

15. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

15.1 Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Ordenador de Despesas. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Ordenador de Despesas adjudicará e homologará o procedimento.

15.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Ordenador de Despesas, será o licitante vencedor convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

15.3 O vencedor deverá apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo IV, como condição para assinatura do contrato.

15.4 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá o Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pelo Ordenador de Despesas, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

15.5 No momento da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá comprovar que mantém programa de integridade, nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/17 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

15.5.1 Caso a futura contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, a Lei n.º 7.753/17 faculta o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do contrato.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente do

BANCO BRADESCO, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

16.2 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

16.3 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

16.3.1 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

16.4 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

16.5 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

16.6 O pagamento será realizado à vista, após a entrega integral dos materiais e da sua aceitação; considera-se pagamento à vista aquele realizado no prazo informado no item 16.3.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

17.1 O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

b) multas previstas em edital e no contrato.

17.1.1 As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

17.2 Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da

responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

17.3 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

17.3.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no item 17.3 também deverão ser considerados para sua fixação.

17.4 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente.

17.4.1 As sanções previstas na alínea b do item 17.1 e nas alíneas a e b do item 17.2 serão impostas pelo Ordenador de Despesas, na forma do parágrafo único, do art.35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.4.2 As sanções previstas na alínea a do item 17.1 e nas alíneas c, do item 17.2 serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenado de Despesa, devendo, neste caso, a decisão a ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.4.3 A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 17.2, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

17.5 As multas administrativas, prevista na alínea b, do item 17.1 e na alínea b, do item 17.2:

- a) corresponderá ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20%(vinte por centos) do valor do contrato ou de empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 17.2:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

17.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 17.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

17.7.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

17.8 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da

aplicação das sanções administrativas.

17.9 Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 17.2, e no item 17.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.10 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.11 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os dispositivos do edital e /ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor , se for o caso;

17.11.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.11.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

17.11.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b do item 17.1 e nas alíneas a, b e c, do item 17.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 17.2.

17.11.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

17.12 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

17.13 As penalidades previstas nos itens 17.1 e 17.2 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

17.13.1 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou fundações (art. 87 III da Lei nº 8.666/93;
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art.7º da lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art 87, IV da Lei nº 8.666/93;

17.14 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

17.14.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do item 17.1 e nas alíneas c e d do item 17.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do estado do rio de Janeiro;

17.14.2 A aplicação das sanções mencionadas no subitem 17.14.1 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

18. ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

18.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

18.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

18.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pela Contratada, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do Diretoria-Geral de Administração e Finanças.

19. DO PRAZO

19.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

20. GARANTIA

20.1 - Item dispensado conforme Termo de Referência Item 13.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

21.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

21.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

21.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

21.5 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

21.6 Acompanham este edital os seguintes anexos:

21.7 Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência.

Anexo II - Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Anexo III - Modelo de Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

Anexo IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta para Atendimento ao Decreto Estadual N° 43.150, de 24.08.11.

Anexo V - Declaração de Inexistência de Penalidade.

Anexo VI - Declaração para Atendimento à Lei Estadual N° 7.258 de 12.04.16.

Anexo VII - Ficha de Declaração para Crédito em Conta.

Anexo VIII - B - Proposta Detalhe.

Anexo VIII - C - Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários.

Anexo IX - Minuta Contratual.

Rio de Janeiro, de _____ de 2023.

ORDENADOR DE DESPESAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (SEI N° 41275948)

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7.º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(MODELO ANEXO II)

Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal .

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

a/c Sr.

Presidente da Comissão ou Pregoeiro

Ref. (... Concorrência ou pregão ou edital ...) nº xx/20xx

(Entidade) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DA EMPRESA LICITANTE COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

(MODELO ANEXO III)

Modelo de Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

a/c Sr.

Presidente da Comissão ou Pregoeiro

Ref. (... Concorrência ou pregão ou edital ...) nº xx/20xx

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na (endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) , inscrito(a) no CPF sob o nº , portador da cédula de identidade nº , expedida por __, **DECLARA** que é microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA PARA ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 43.150, DE 24.08.11

(MODELO ANEXO IV)

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
PARA ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 43.150, DE 24.08.11**

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

a/c Sr.

Presidente da Comissão ou Pregoeiro

Ref. (... Concorrência ou pregão ou edital ...) nº xx/20xx

(Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. a proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
3. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
4. que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
5. que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido do ÓRGÃO LICITANTE antes da abertura oficial das propostas e;

6. que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

(MODELO ANEXO V)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

a/c Sr.

Presidente da Comissão ou Pregoeiro

Ref. (... Concorrência ou pregão ou edital ...) nº xx/20xx

_____, (Entidade) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO VI – DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI ESTADUAL Nº 7.258 DE 12.04.16

(MODELO ANEXO VI)

DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI ESTADUAL Nº 7.258 DE 12.04.16

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

a/c Sr.

Presidente da Comissão ou Pregoeiro

Ref. (... Concorrência ou pregão ou edital ...) nº xx/20xx

_____, (Entidade) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que preenche em seus quadros o percentual mínimo de empregados beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas na seguinte proporção:

- () até 200 empregados..... 2%;
- () de 201 a 500..... 3%;
- () de 501 a 1.000..... 4%;
- () de 1.001 em diante. 5%.

Desta forma, são o número de empregados registrados nesta empresa, sendo o quantitativo de empregados beneficiários da previdência social reabilitado ou portadores de deficiência

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO VII - FICHA DE DECLARAÇÃO PARA CRÉDITO EM CONTA

(MODELO ANEXO VII)

Pregão N° XX/2023

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FICHA DE DECLARAÇÃO PARA CRÉDITO EM CONTA
(ART. 2º DO DECRETO N° 999, DE 17.11.76)

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

CEP:

ESTADO:

FAX:

E-MAIL:

INSC. ESTADUAL:

INSC. MUN.:

BANCO BRADESCO:

CONTA BANCÁRIA:

AGÊNCIA:

O abaixo assinado declara-se titular da conta bancária com as características acima, onde deverão ser creditadas as importâncias que lhe são devidas por esse órgão. Declara, outrossim, estar ciente das disposições do Art. 2º do Decreto nº 999, de 17/11/76, com as quais está de pleno acordo.

LOCAL E DATA:

Assinatura (s) autoridade (s)

VISTO DA AGENCIA BANCÁRIA:

ANEXO VIII (A) - PROPOSTA DETALHE.

**ANEXO – VIII - A
SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

PROPOSTA DETALHE

**Licitação por Pregão Eletrônico
n.º / 2023.**

**A Realizar-se em /
/2023 às horas.**

**Requisição n.º.
PAM 0045/2022 de 04/04/2022.**

**Processo n.º. SEI-
270060/001281/2021**

A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL n.º. / 2023.

CARIMBO DA FIRMA

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	MARCA	PREÇO C/ ICMS		PREÇO S/ ICMS	
					UNIT.	TOTAL	UNIT	TOTAL
01	PINÇA BIPOLAR VIDEOLAPAROSCOPIA, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL, MATERIAL: AÇO INOX, CORTE: COM CORTE DE 4 A 6 CM, DIÂMETRO TUBO: 5 MM, PONTA MARYLAND, AÇÃO: BIPOLAR, COMPRIMENTO: 36 CM, EMPUNHADURA: BIPOLAR FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.211.0032 (ID – 138985)	UN	02					
02	CABO ELETROCAUTÉRIO, TIPO PINÇA: DIATERMIA BIPOLAR 4~5MM/SEM PINÇA, COMPRIMENTO:250~350CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Compatível com item 1 (pinça Bipolar) Código do Item: 6519.091.0006 (ID – 140941)	UN	02					

LOTE 02

03	<p>PINÇA MONOPOLAR VIDEOLAPAROSCOPIA,ESTERILIZ ACAO: AUTOCLAVAVEL, MATERIAL: ACO AISI 304, CORTE: N/D, DIAMETRO: TUBO 5MM, PONTA: HOOK COM GANCHO ANGULO RETO, ACAO: DISSECCAO, COMPRIMENTO: 33 CM COM CONECTOR PARA ELETRODO, EMPULHADURA: SEM CREMALHEIRA Código do Item: 6515.356.0003 (ID – 97236)</p>	UN	02					
04	<p>PINÇA, APLICAÇÃO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVÁVEL, AÇO INOX E WIDIA NA MANDÍBULAS, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM MODELO: PORTA AGULHAS FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0132 (ID – 144013)</p>	UN	02					
05	<p>PINÇA, APLICAÇÃO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVÁVEL, TUBO PLÁSTICO, TUBO METÁLICO, EMPUNHADURA POLÍMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM, MODELO: APREENSÃO E EXTRAÇÃO RETA, COM DENTES, 5 MM DE DIÂMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0142 (ID – 150320)</p>	UN	02					

06	PINCA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL, TUBO PLASTICO, TUBO METALICO, EMPUNHADEIRA POLIMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM, MODELO: APREENSAO RETA, FENESTRADA, 5 MM DE DIAMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0143 (ID – 150408)	UN	02					
07	TESOURA CIRURGICA, MATERIAL: REVESTIDA EM PORCELANA, MODELO: METZEMBAUM, TAMANHO: 5 MM X 33 CM, TIPO PONTA: CURVA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, REGISTRO MINISTERIO SAUDE MS: REGISTRO MINISTERIO SAUDE, NORMA: N/D Código do Item: 6519.186.0045 (ID – 99825)	UN	02					
08	CANULA ASPIRACAO, MATERIAL: TIPO HOOK, MEDIDA: 5,0MMX30~36CM (DXC), ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, CARACTERISTICAS CONSTRUTIVAS: PARA USO EM VIDEOLAPAROSCOPIA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.464.0017 (ID – 150321)	UN	02					
09	PINCA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL, TUBO PLASTICO, TUBO METALICO, SEM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 33 CM, MODELO: CONTRA PORTA-AGULHAS, 5 MM DE DIAMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0131 (ID – 144012)	UN	02					

10	PINÇA ENDOSCOPICA,DIAMETRO: 5 MM, MATERIAL: ACO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MARYLAND, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACAO: DISSECCAO E APREENSAO, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: ROTATORIA / CONECTOR DE CAUTERIO MONOPOLAR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.191.0064 (ID – 140664)	UN	02					
11	AGULHA VERESS, TIPO: ENDOSCÓPICA REUTILIZÁVEL, MATERIAL: ACO, COMPRIMENTO: 120 MM Código do Item: 6515.030.0004 (ID – 99874)	UN	02					
12	PINÇA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL, TUBO PLÁSTICO, TUBO METÁLICO, EMPUNHADURA POLÍMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO:30~36CM, MODELO: REDDICKOLSEN, APREENSÃO RETA, PONTA ROMBA, 5MM DE DIÂMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0136 (ID – 144129)	UN	02					
13	PINÇA ENDOSCÓPICA, DIÂMETRO: 5 MM, MATERIAL: AÇO INOX, TIPO PONTA: ENDOCLINCH /MANDÍBULA, COMPRIMENTO: 30~36 MM, ACAO: RETIRADA DE CORPO ESTRANHO E DISSECÇÃO, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL, TIPO: ROTATÓRIA, CONECTOR DE CAUTERIO MONOPOLAR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.191.0061 (ID – 140661)	UN	02					

14	CABO ELETROCAUTÉRIO, TIPO PINÇA: MONOPOLAR/ DIATERMIA SEM PINÇA, MACHO / FÊMEA ENCAPADA DE SILICONE, COMPRIMENTO: 3,00 M, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.091.0008 (ID – 144131)	UN	02					
15	ASPIRADOR/IRRIGADOR LAPAROSCOPIA, MATERIAL: AÇO INOX, TIPO: EMBOLO, REVESTIMENTO: EMBOLO EM POLÍMERO ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA/MECÂNICA, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVAVEL, COMPRIMENTO: 33 ~ 42 CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6517.388.0001 (ID – 144009)	UN	02					
16	PINÇA ENDOSCOPICA,DIAMETRO: 10 MM, MATERIAL: ACO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MANDIBULA PARA CLIPS MEDIO/LARGO DE TITANEO, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACAO: APLICACAO DE CLIPS, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: EMPUNHADURA COM DISPOSITIVO DE TRAVA / ROTATORIA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.191.0063 (ID – 140663)	UN	02					
17	CAIXA PARA ESTERILIZACAO,FINALIDADE: INSTRUMENTAIS DE VIDEO, MATERIAL: ACO INOX, RESISTENCIA: PROCESSOS MEIOS FISICOS - QUIMICOS, TIPO: PERFURADA COM SUPORTE PARA INSTRUMENTOS, TAMPA: COM TAMPA, DIMENSOES: 530 X 290 X 200 MM Código do Item: 6518.111.0017 (ID – 112179)	UN	02					

18	CAIXA PARA ESTERILIZACAO,FINALIDADE: OPTICAS CIRURGICOS, MATERIAL: ACO INOX AISI-304, RESISTENCIA: PROCESSOS MEIOS FISICOS - QUIM, TIPO: PERFURADA COM SUPORTE EM SILICONE PARA INSTRUMENTAL, TAMPA: COM TAMPA, DIMENSOES: 321 X 90 X 45 CM Código do Item: 6518.111.0011 (ID – 99275)	UN	08					
19	PINÇA ENDOSCÓPICA, DIÂMETRO:10 MM, MATERIAL: AÇO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MIXTER, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACAO: DISSECCAO E APREENSAO,ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: ROTATORIA COM EMPUNHADURA METALICA, FORMA Código do Item: 6515.191.0065 (ID – 140665)	UN	02					

OBSERVAÇÕES

1ª. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais;

2ª O Proponente se obrigará, mediante o envio da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos.

3ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser devolvida até a hora e data marcadas.

4ª A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.

Prazo de Entrega: Conforme edital.

Validade da Proposta: xxxxxxxxxxxxxx dias.

Local de Entrega: Conforme edital.

Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.

Em, ____ / ____ / ____

Firma Proponente

ANEXO VIII – B - PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Unidade de Fornecimento	Quantidade total	Valor Unitário do item R\$	Valor do Total do item R\$
01	PINÇA BIPOLAR VIDEOLAPAROSCOPIA, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL, MATERIAL: AÇO INOX, CORTE: COM CORTE DE 4 A 6 CM, DIÂMETRO TUBO: 5 MM, PONTA MARYLAND, AÇÃO: BIPOLAR, COMPRIMENTO: 36 CM, EMPUNHADURA: BIPOLAR FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.211.0032 (ID – 138985)	UN	02	R\$ 1.763,3333	R\$ 3.526,666
02	CABO ELETROCAUTÉRIO, TIPO PINÇA: DIATERMIA BIPOLAR 4~5MM/SEM PINÇA, COMPRIMENTO:250~350CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Compatível com item 1 (pinça Bipolar) Código do Item: 6519.091.0006 (ID – 140941)	UN	02	R\$ 880,05	R\$ 1.760,10

VALOR TOTAL LOTE 1 = R\$ 5.286,766

LOTE 02

03	PINÇA MONOPOLAR VIDEOLAPAROSCOPIA, ESTERILIZ AÇAO: AUTOCLAVAVEL, MATERIAL: ACO AISI 304, CORTE: N/D, DIAMETRO: TUBO 5MM, PONTA: HOOK COM GANCHO ANGULO RETO, AÇAO: DISSECCAO, COMPRIMENTO: 33 CM COM CONECTOR PARA ELETRODO, EMPULHADURA: SEM CREMALHEIRA Código do Item: 6515.356.0003 (ID – 97236)	UN	02	R\$ 1.875,75	R\$ 3.751,50
04	PINÇA, APLICAÇÃO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVÁVEL, AÇO INOX E WIDIA NA MANDÍBULAS, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM MODELO: PORTA AGULHAS FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0132 (ID – 144013)	UN	02	R\$ 3.143,75	R\$ 6.278,50
05	PINÇA, APLICAÇÃO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVÁVEL, TUBO PLÁSTICO, TUBO METÁLICO, EMPUNHADURA POLÍMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM, MODELO: APREENSÃO E EXTRAÇÃO RETA, COM DENTES, 5 MM DE DIÂMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0142 (ID – 150320)	UN	02	R\$ 2.452,50	R\$ 4.905,00

06	PINCA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL, TUBO PLASTICO, TUBO METALICO, EMPUNHADEIRA POLIMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM, MODELO: APREENSAO RETA, FENESTRADA, 5 MM DE DIAMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0143 (ID – 150408)	UN	02	R\$ 2.331,20	R\$ 4.662,40
07	TESOURA CIRURGICA, MATERIAL: REVESTIDA EM PORCELANA, MODELO: METZEMBAUM, TAMANHO: 5 MM X 33 CM, TIPO PONTA: CURVA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, REGISTRO MINISTERIO SAUDE MS: REGISTRO MINISTERIO SAUDE, NORMA: N/D Código do Item: 6519.186.0045 (ID – 99825)	UN	02	R\$ 2.571,6667	R\$ 5.143,3334
08	CANULA ASPIRACAO, MATERIAL: TIPO HOOK, MEDIDA: 5,0MMX30~36CM (DXC), ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, CARACTERISTICAS CONSTRUTIVAS: PARA USO EM VIDEOLAPAROSCOPIA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.464.0017 (ID – 150321)	UN	02	R\$ 290,6850	R\$ 581,37
09	PINCA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL, TUBO PLASTICO, TUBO METALICO, SEM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 33 CM, MODELO: CONTRA PORTA-AGULHAS, 5 MM DE DIAMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0131 (ID – 144012)	UN	02	R\$ 2.205,00	R\$ 4.410,00
10	PINCA ENDOSCOPICA, DIAMETRO: 5 MM, MATERIAL: ACO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MARYLAND, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACAA: DISSECCAO E APREENSAO, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: ROTATORIA / CONECTOR DE CAUTERIO MONOPOLAR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.191.0064 (ID – 140664)	UN	02	R\$ 2.068,3333	R\$ 4.136,6666
11	AGULHA VERESS, TIPO: ENDOSCÓPICA REUTILIZÁVEL, MATERIAL: ACO, COMPRIMENTO: 120 MM Código do Item: 6515.030.0004 (ID – 99874)	UN	02	R\$ 680,00	R\$ 1.360,00
12	PINÇA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL, TUBO PLÁSTICO, TUBO METÁLICO, EMPUNHADURA POLÍMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 30~36CM, MODELO: REDDICKOLSEN, APREENSÃO RETA, PONTA ROMBA, 5MM DE DIÂMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.176.0136 (ID – 144129)	UN	02	R\$ 2.138,3333	R\$ 4.276,6666

13	PINÇA ENDOSCÓPICA, DIÂMETRO: 5 MM, MATERIAL: AÇO INOX, TIPO PONTA: ENDOCLINCH /MANDÍBULA, COMPRIMENTO: 30~36 MM, AÇAO: RETIRADA DE CORPO ESTRANHO E DISSECÇÃO, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL, TIPO: ROTATÓRIA, CONECTOR DE CAUTERIO MONOPOLAR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.191.0061 (ID – 140661)	UN	02	R\$ 671,3333	R\$ 1.342,6666
14	CABO ELETROCAUTÉRIO, TIPO PINÇA: MONOPOLAR/ DIATERMIA SEM PINÇA, MACHO / FÊMEA ENCAPADA DE SILICONE, COMPRIMENTO: 3,00 M, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6519.091.0008 (ID – 144131)	UN	02	R\$ 320,1225	R\$ 640,245
15	ASPIRADOR/IRRIGADOR LAPAROSCOPIA, MATERIAL: AÇO INOX, TIPO: EMBOLO, REVESTIMENTO: EMBOLO EM POLÍMERO ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA/MECÂNICA, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVAVEL, COMPRIMENTO: 33 ~ 42 CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6517.388.0001 (ID – 144009)	UN	02	R\$ 2.304,83	R\$ 4.609,66
16	PINCA ENDOSCOPICA,DIAMETRO: 10 MM, MATERIAL: ACO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MANDIBULA PARA CLIPS MEDIO/LARGO DE TITANEO, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, AÇAO: APLICACAO DE CLIPS, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: EMPUNHADURA COM DISPOSITIVO DE TRAVA / ROTATORIA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 6515.191.0063 (ID – 140663)	UN	02	R\$ 3.537,045	R\$ 7.074,09
17	CAIXA PARA ESTERILIZACAO,FINALIDADE: INSTRUMENTAIS DE VIDEO, MATERIAL: ACO INOX, RESISTENCIA: PROCESSOS MEIOS FISICOS - QUIMICOS, TIPO: PERFURADA COM SUPORTE PARA INSTRUMENTOS, TAMPA: COM TAMPA, DIMENSOES: 530 X 290 X 200 MM Código do Item: 6518.111.0017 (ID – 112179)	UN	02	R\$ 1.228,0367	R\$ 2.456,0734
18	CAIXA PARA ESTERILIZACAO,FINALIDADE: OPTICAS CIRURGICOS, MATERIAL: ACO INOX AISI-304, RESISTENCIA: PROCESSOS MEIOS FISICOS - QUIM, TIPO: PERFURADA COM SUPORTE EM SILICONE PARA INSTRUMENTAL, TAMPA: COM TAMPA, DIMENSOES: 321 X 90 X 45 CM Código do Item: 6518.111.0011 (ID – 99275)	UN	08	R\$ 1.130,6667	R\$ 9.045,3336

19	PINÇA ENDOSCÓPICA, DIÂMETRO:10 MM, MATERIAL: AÇO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MIXTER, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACAO: DISSECCAO E APREENSAO,ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: ROTATORIA COM EMPUNHADURA METALICA, FORMA Código do Item: 6515.191.0065 (ID – 140665)	UN	02	R\$ 4.045,63	R\$ 8.091,26
VALOR TOTAL LOTE 2 = R\$ 72.764,7652					
VALOR TOTAL DOS DOIS LOTES SOMADOS = R\$ 78.060,53					

ANEXO IX - MINUTA CONTRATUAL

MINUTA CONTRATUAL

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Contrato nº /

CONTRATO DE COMPRA DE MATERIAL VIDEOLAPAROSCÓPICO PERMANENTE PARA O CENTRO CIRÚRGICO DO HOSPITAL CENTRAL ARISTARCHO PESSOA (HCAP), QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E _____.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato pelo CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Excelentíssimo Sr. Cel BM _____, identidade no _____, e a empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o no _____, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por _____, cédula de identidade no _____, residente e domiciliada na Rua _____, Cidade _____, resolvem celebrar o presente Contrato de Aquisição de **material videolaparoscópico**

permanente para o centro cirúrgico do Hospital Central Aristarcho Pessoa (HCAP), com fundamento no processo administrativo nº **SEI-270060/001281/2021**, que se regerá pelas normas da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, Lei Estadual no 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos no 3.149/80 e 21.081/94 e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente CONTRATO tem por objeto a Aquisição de **material videolaparoscópico permanente para o centro cirúrgico do Hospital Central Aristarcho Pessoa (HCAP)** para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecimento do objeto será INTEGRAL, de acordo com a forma indicada no Termo de Referência item 6.1.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo máximo de entrega dos itens deverá ser em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O material deverá ser entregue no Almoxarifado Geral da Diretoria Geral de Saúde sito à Avenida Bartolomeu de Gusmão, nº 850, São Cristóvão, RJ. A entrega deverá ser agendada junto ao Almoxarifado Geral através dos telefones (21) 2334-2052, (21) 2334-1978 ou (21)2334-1982.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato deste instrumento no D.O.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no Edital e contrato.
- e) Cumprir com as obrigações descritas no Termo de Referência no item correspondente (Item 9).**

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos determinados pela CONTRATANTE;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros; e
- g) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.
- h) Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme descrição desse Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações de fabricante, tipo, modelo, procedência;
- i) Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- j) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- k) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- l) A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades;
- m) A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração;
- n) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos, desde que a contratada se manifeste nesse sentido em até 05 (cinco) dias úteis após ser notificada pela administração;
- o) A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA;
- p) A empresa fornecedora do material deverá fornecer Certificados de Garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal;
- q) No termo de garantia ou equivalente deverá constar de maneira clara e adequada em que consiste a garantia, bem como a forma, o prazo e a indicação dos endereços das empresas que oferecem assistência técnica, o local onde poderá ser exercitado, o ônus a cargo da CONTRATANTE, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento;
- r) O fornecedor do objeto, de acordo com as normas vigentes, pelo qual se obriga, independentemente de ser ou não o fabricante do produto, a efetuar a qualquer tempo, substituições de toda(s) a(s) unidade(s) que apresentar(em) defeito(s) de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para o CBMERJ, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado.
- s) Caso o produto não esteja mais disponível no mercado, na ocasião da entrega, a empresa fornecedora deverá consultar a administração, fundamentando devidamente o pedido, ofertando um produto com características e qualidade iguais ou superiores a amostra aprovada pela DGS, cabendo a administração analisar a solicitação.
- t) A instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade do fornecedor, nem o exime de manter fiscalização própria;
- w) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2022, assim classificados:

FONTE: **230000000 - RECURSOS PRÓPRIOS**

PROGRAMA DE TRABALHO: **10.302.0476.5782 - REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CBMERJ**

NATUREZA DA DESPESA: **4490 - APLICAÇÕES DIRETAS**

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pelo **ORDENADOR DE DESPESAS**, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado (pelo(a) **REPRESENTANTE** ou **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO** mencionado(a) no parágrafo primeiro, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a entrega do bem/produto;

b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 72 (setenta e duas) horas, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do Diretoria-Geral de Administração e Finanças da Secretaria de Estado de Defesa Civil, na forma do disposto no parágrafo 3o. do art. 77 do Decreto no 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e

que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE A CONTRATADA

É responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO O CONTRATANTE

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____), a ser realizado em parcela única, conforme cronograma de execução do contrato, sendo o pagamento efetuado na conta corrente nº _____, agência _____, de titularidade da CONTRATADA, junto ao BANCO BRADESCO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento ao **Diretoria Geral de Administração e Finanças/SEDEC, com sede na Praça da República nº. 45, Centro – RJ, de 9h às 17h**, após a entrega de cada parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

PARÁGRAFO ÚNICO: NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL CONFORME TR ITEM 13.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei no 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.o 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARAGRAFO SEGUNDO: Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no parágrafo terceiro, também deverão ser considerados para sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

- a) As sanções previstas na alínea b do caput e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) As sanções previstas na alínea a do caput e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARAGRAFO SEXTO: As multas administrativas, previstas na alínea b do caput e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO: a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos; b) sem prejuízo

de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

PARÁGRAFO OITAVO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO NONO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Se o valor das multas previstas na alínea b do caput, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do caput e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do caput e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e

entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

PARÁGRAFO ÚNICO - SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em ____ de ____ de 2023.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Defesa Civil
Diretoria Geral de Saúde do CBMERJ

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
AQUISIÇÃO DE MATERIAL
VIDEOLAPAROSCÓPICO PERMANENTE
PARA O CENTRO CIRÚRGICO DO
HOSPITAL CENTRAL ARISTARCHO
PESSOA (HCAP)**

INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência (TR) visa apresentar todas as informações necessárias aos possíveis fornecedores, com objetivo de fornecer plena compreensão do trabalho, permitindo que apresentem propostas técnicas e financeiras que correspondam à demanda da Administração, fundamentada no Inciso IX, do artigo 6º da Lei Federal 8.666/93; §2º, do artigo 9º do Decreto nº 5.450/05; Inciso XI, do artigo 3º do Decreto nº 10.024/2019.

Dessa forma, o presente documento possibilita:

- Prover os responsáveis pela análise e avaliação das propostas de execução do trabalho de elementos suficientes para que possam analisar e avaliar a qualidade, quantidade, prazos e custos apresentados, além da viabilidade de se alcançar os objetivos propostos, assim como sua fiscalização;
- Dotar as partes envolvidas na realização do trabalho em questão de informações suficientes para a execução, acompanhamento e aprovação dos trabalhos em todas as etapas, atividades e/ou produtos;
- Fornecer dados que permitam esclarecer dúvidas entre contratante e contratada em caso de controvérsia, e se necessário, proporcionar elementos para decidi-las em outras instâncias técnicas ou jurídicas.

1. OBJETO

O Presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de material videolaparoscópico permanente para o Centro Cirúrgico do Hospital Central Aristarcho Pessoa (HCAP), visando o adequado funcionamento do serviço de CIRURGIA GERAL e CIRURGIA TORÁCICA (são serviços interligados), nas condições, quantidades, características e prazo abaixo definido, a fim de atender às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ).

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de material cirúrgico permanente de uso videolaparoscópico, para as cirurgias do Serviço de Cirurgia Geral e Torácica, do HCAP, visa suprir as necessidades para atender aos Bombeiros Militares e seus dependentes que são beneficiários do Fundo de Saúde da corporação.

O Serviço de Cirurgia Geral do CBMERJ é concentrado no Hospital Central Aristarcho

Pessoa, com grupo de médicos especializados e treinados nas técnicas mais modernas de cirurgias da atualidade, minimamente invasivas. O HCAP dispõe de aparelhos modernos que permitem a realização de cirurgias videolaparoscópicas de alta complexidade, além de possuir estrutura física como sala especial para radioscopia (aparelho de intensificador de imagens) e mesas articuladas radio transparentes.

Tem-se na atualidade na Cirurgia Videolaparoscópica, o tratamento preferencial de primeira escolha para várias patologias que tenham indicação de tratamento cirúrgico como doenças na vesícula biliar, cirurgias hepáticas, cirurgias de pâncreas e adrenais, cirurgias do intestino delgado, cirurgias de urgência (apendicite aguda, obstrução intestinal). Havendo ainda, no método, o caráter presente de diagnose, permitindo identificação e biópsias, em casos que outros métodos de imagem não foram capazes de fazer diagnóstico, como tumores abdominais por exemplo.

As cirurgias minimamente invasivas, e em especial as cirurgias laparoscópicas, apresentam várias vantagens para os pacientes cirúrgicos que possam ser tratados desta forma, mas em especial os de menor perda de sangue durante o ato cirúrgico, tempo de cirurgia muitas vezes menor do que as cirurgias convencionais, recuperação cirúrgica mais rápida, acarretando tempo de internação mais curto e por consequência retorno mais precoce do Bombeiro Militar e dos seus dependentes, as suas atividades laborativas, escolar e laborativas habituais, quando comparada com a técnica convencional.

Pelos motivos relatados acima, as cirurgias minimamente invasivas já passaram a ter caráter obrigatório, no oferecimento do tratamento cirúrgico atual, e deverá estar sempre presente nos Serviços Médicos que queiram atender com qualidade os seus usuários.

A opção pelo parcelamento do objeto em lotes visou garantir a competitividade do certame, assegurando a viabilidade técnica do objeto e a economia de escala.

3. ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL

3.1 Especificação do objeto

Os itens, objeto deste TR, foram divididos em lotes.

Os itens de cada lote têm que ser da mesma empresa, pois cada uma das pinças são totalmente desmontáveis conforme determinação da ANVISA, para melhorar a sua higiene e desinfecção, isto é, por exemplo, cada pinça dessa, depois de desmontada é separada em 4 pequenas peças, se na caixa tiverem pinças de vários fabricantes, além de não serem intercambiáveis, seria um trabalho hercúleo para o instrumentador, montar essas pinças, verificar se está faltando alguma peça, antes da cirurgia, e deste modo, atrasando o início do procedimento cirúrgico.

LOTE 1				
ITEM	FAMÍLIA	ID SIGA	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO
1	15	138985	PINÇA BIPOLAR VIDEOLAPAROSCOPIA, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL, MATERIAL: AÇO INOX, CORTE: COM CORTE DE 4 A 6 CM, DIÂMETRO TUBO: 5 MM, PONTA MARYLAND, AÇÃO: BIPOLAR, COMPRIMENTO: 36 CM, EMPUNHADURA: BIPOLAR	Unidade

2	15	140941	CABO ELETROCAUTÉRIO, TIPO PINÇA: DIATERMIA BIPOLAR 4~5MM/SEM PINÇA, COMPRIMENTO:250~350CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Compatível com item 1 (pinça Bipolar)	Unidade
LOTE 2				
3	15	97236	PINCA MONOPOLAR VIDEOLAPAROSCOPIA,ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, MATERIAL: ACO AISI 304, CORTE: N/D, DIAMETRO: TUBO 5MM, PONTA: HOOK COM GANCHO ANGULO RETO, ACAA: DISSECCAO, COMPRIMENTO: 33 CM COM CONECTOR PARA ELETRODO, EMPULHADURA: SEM CREMALHEIRA	Unidade
4	15	144013	PINÇA, APLICAÇÃO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVÁVEL, AÇO INOX E WIDIA NA MANDÍBULAS, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM MODELO: PORTA AGULHAS FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	Unidade
5	15	150320	PINÇA, APLICAÇÃO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVÁVEL, TUBO PLÁSTICO, TUBO METÁLICO, EMPUNHADURA POLÍMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM, MODELO: APREENSÃO E EXTRAÇÃO RETA, COM DENTES, 5 MM DE DIÂMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	Unidade
6	15	150408	PINCA,APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL,TUBO PLASTICO,TUBO METALICO, EMPUNHADEIRA POLIMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM, MODELO: APREENSAO RETA, FENESTRADA, 5 MM DE DIAMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	Unidade

7	15	99825	TESOURA CIRURGICA,MATERIAL: REVESTIDA EM PORCELANA, MODELO: METZEMBAUM, TAMANHO: 5 MM X 33 CM, TIPO PONTA: CURVA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, REGISTRO MINISTERIO SAUDE MS: REGISTRO MINISTERIO SAUDE, NORMA: N/D	Unidade
8	15	150321	CANULA ASPIRACAO,MATERIAL: TIPO HOOK, MEDIDA: 5 MM X 30 ~ 36 CM, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, CARACTERISTICAS CONSTRUTIVAS: PARA USO EM VIDEOLAPAROSCOPIA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	Unidade
9	15	144012	PINCA,APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL, TUBO PLASTICO, TUBO METALICO, SEM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 33 CM, MODELO: CONTRA PORTA-AGULHAS, 5 MM DE DIAMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	Unidade
10	15	140664	PINCA ENDOSCOPICA,DIAMETRO: 5 MM, MATERIAL: ACO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MARYLAND, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACAO: DISSECCAO E APREENSAO, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: ROTATORIA / CONECTOR DE CAUTERIO MONOPOLAR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	Unidade
11	15	99874	AGULHA VERESS, TIPO: ENDOSCÓPICA REUTILIZÁVEL, MATERIAL: ACO, COMPRIMENTO: 120 MM	Unidade
12	15	144129	PINÇA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL, TUBO PLÁSTICO, TUBO METÁLICO, EMPUNHADURA POLÍMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO:30~36CM, MODELO: REDDICKOLSEN, APREENSÃO RETA, PONTA ROMBA, 5MM DE DIÂMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	Unidade

13	15	140661	PINÇA ENDOSCÓPICA, DIÂMETRO: 5 MM, MATERIAL: ACO INOX, TIPO PONTA: ENDOCLINCH /MANDÍBULA, COMPRIMENTO: 30~36 MM, ACAO: RETIRADA DE CORPO ESTRANHO E DISSECÇÃO, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: ROTATÓRIA, CONECTOR DE CAUTERIO MONOPOLAR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	Unidade
14	15	144131	CABO ELETROCAUTÉRIO, TIPO PINÇA: MONOPOLAR/ DIATERMIA SEM PINÇA, MACHO / FÊMEA ENCAPADA DE SILICONE, COMPRIMENTO: 3,00 M, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	Unidade
15	15	144009	ASPIRADOR/IRRIGADOR LAPAROSCOPIA, MATERIAL: AÇO INOX, TIPO: EMBOLO, REVESTIMENTO: EMBOLO EM POLÍMERO ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA/MECÂNICA, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVAVEL, COMPRIMENTO: 33 ~ 42 CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	Unidade
16	15	140663	PINCA ENDOSCOPICA,DIAMETRO: 10 MM, MATERIAL: ACO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MANDIBULA PARA CLIPS MEDIO/LARGO DE TITANEO, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACAO: APLICACAO DE CLIPS, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: EMPUNHADURA COM DISPOSITIVO DE TRAVA / ROTATORIA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	Unidade
17	15	112179	CAIXA PARA ESTERILIZACAO,FINALIDADE: INSTRUMENTAIS DE VIDEO, MATERIAL: ACO INOX, RESISTENCIA: PROCESSOS MEIOS FISICOS - QUIMICOS, TIPO: PERFURADA COM SUPORTE PARA INSTRUMENTOS, TAMPA: COM TAMPA, DIMENSOES: 530 X 290 X 200 MM	Unidade

18	15	99275	CAIXA PARA ESTERILIZACAO,FINALIDADE: OPTICAS CIRURGICOS, MATERIAL: ACO INOX AISI-304, RESISTENCIA: PROCESSOS MEIOS FISICOS - QUIM, TIPO: PERFURADA COM SUPORTE EM SILICONE PARA INSTRUMENTAL, TAMPA: COM TAMPA, DIMENSOES: 321 X 90 X 45 CM	Unidade
19	15	140665	PINÇA ENDOSCÓPICA, DIÂMETRO:10 MM, MATERIAL: AÇO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MIXTER, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACAO: DISSECCAO E APREENSAO,ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: ROTATORIA COM EMPUNHADURA METALICA, FORMA	Unidade

Todo o material solicitado deverá ter registro na ANVISA, considerado de caráter permanente e apresentar especificações técnicas adequadas que permitam desinfecção e esterilização de acordo com as diretrizes da ANVISA.

4. QUANTIDADE

Deverão ser adquiridos os materiais listados abaixo, nas quantidades e características descritas, para suprir as necessidades do CBMERJ.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
	LOTE 1	
1	PINCA BIPOLAR VIDEOLAPAROSCOPIA,ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, MATERIAL: ACO INOX, CORTE: COM CORTE DE 4 A 6 CM, DIAMETRO TUBO: 5 MM, PONTA: MARYLAND, ACAO: BIPOLAR, COMPRIMENTO: 36 CM, EMPUNHADURA: BIPOLAR	02
2	CABO ELETROCAUTÉRIO, TIPO PINÇA: DIATERMIA BIPOLAR 4~5MM /SEM PINÇA, COMPRIMENTO: 250~350 CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Compatível com item 1 (pinça Bipolar)	02
	LOTE 2	

3	PINÇA MONOPOLAR VIDEOLAPAROSCOPIA ,ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, MATERIAL: ACO AISI 304, CORTE: N/D, DIAMETRO: TUBO 5MM, PONTA: HOOK COM GANCHO ANGULO RETO, ACAO: DISSECCAO, COMPRIMENTO: 33CM COM CONECTOR PARA ELETRODO, EMPUNHADURA: SEM CREMALHEIRA	02
4	PINÇA, APLICAÇÃO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVÁVEL, AÇO INOX E WIDIA NA MANDÍBULAS, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM MODELO: PORTA AGULHAS FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	02
5	PINÇA, APLICAÇÃO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVÁVEL, TUBO PLÁSTICO, TUBO METÁLICO, EMPUNHADURA POLÍMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 30 ~ 36 CM, MODELO: APREENSÃO E EXTRAÇÃO RETA, COM DENTES, 5 MM DE DIÂMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	02
6	PINÇA, APLICAÇÃO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVÁVEL, TUBO PLÁSTICO, TUBO METÁLICO, EMPUNHADURA POLÍMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 30~36 CM, MODELO: APREENSÃO RETA, FENESTRADA, 5MM DE DIÂMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	02
7	TESOURA CIRURGICA,MATERIAL: REVESTIDA EM PORCELANA, MODELO: METZEMBAUM, TAMANHO: 5 MM X 33 CM, TIPO PONTA: CURVA, APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, REGISTRO MINISTERIO SAUDE MS: REGISTRO MINISTERIO SAUDE, NORMA: N/D	02
8	CANULA ASPIRACAO,MATERIAL: TIPO HOOK, MEDIDA: 5 MM X 30 ~ 36 CM, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, CARACTERISTICAS CONSTRUTIVAS: PARA USO EM VIDEOLAPAROSCOPIA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	02
9	PINÇA,APLICACAO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVAVEL, TUBO PLASTICO, TUBO METALICO, SEM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 33 CM, MODELO: CONTRA PORTA- AGULHAS, 5 MM DE DIAMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	02
10	PINÇA ENDOSCÓPICA, DIÂMETRO: 5 MM, MATERIAL: AÇO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MARYLAND, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, AÇÃO: DISSECÇÃO E APREENSÃO, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL, TIPO: ROTATÓRIA, CONECTOR DE CAUTERIO MONOPOLAR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	02
11	AGULHA VERESS, TIPO: ENDOSCÓPICA REUTILIZÁVEL, MATERIAL: AÇO, COMPRIMENTO: 120 MM	02

12	PINÇA, APLICAÇÃO: VIDEOLAPAROSCOPIA, MATERIAL: AUTOCLAVÁVEL, TUBO PLÁSTICO, TUBO METÁLICO, EMPUNHADURA POLÍMERO COM CREMALHEIRA, COMPRIMENTO: 30~36CM, MODELO: REDDICKOLSEN, APREENSÃO RETA, PONTA ROMBA, 5MM DE DIÂMETRO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	02
13	PINÇA ENDOSCÓPICA, DIÂMETRO: 5 MM, MATERIAL: AÇO INOX, TIPO PONTA: ENDOCLINCH /MANDÍBULA, COMPRIMENTO: 30~36 MM, ACAA: RETIRADA DE CORPO ESTRANHO E DISSECÇÃO, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL, TIPO: ROTATÓRIA, CONECTOR DE CAUTERIO MONOPOLAR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	02
14	CABO ELETROCAUTÉRIO, TIPO PINÇA: MONOPOLAR/ DIATERMIA SEM PINÇA, MACHO/ FÊMEA ENCAPADA DE SILICONE, COMPRIMENTO: 3,00 M, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	02
15	ASPIRADOR/IRRIGADOR LAPAROSCOPIA, MATERIAL: ACO INOX, TIPO: EMBOLO, REVESTIMENTO: EMBOLO EM POLÍMERO ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA/MECÂNICA, ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL, COMPRIMENTO: 33~42CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	02
16	PINCA ENDOSCOPICA,DIAMETRO: 10 MM, MATERIAL: ACO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MANDIBULA PARA CLIPS MEDIO/LARGO DE TITANEO, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACAA: APLICACAO DE CLIPS, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: EMPUNHADURA COM DISPOSITIVO DE TRAVA / ROTATORIA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	02
17	CAIXA PARA ESTERILIZACAO,FINALIDADE: INSTRUMENTAIS DE VIDEO, MATERIAL: ACO INOX, RESISTENCIA: PROCESSOS MEIOS FISICOS - QUIMICOS, TIPO: PERFURADA COM SUPORTE PARA INSTRUMENTOS, TAMPA: COM TAMPA, DIMENSOES: 530 X 290 X 200 MM	02
18	CAIXA PARA ESTERILIZACAO,FINALIDADE: OPTICAS CIRURGICOS, MATERIAL: ACO INOX AISI-304, RESISTENCIA: PROCESSOS MEIOS FISICOS - QUIM, TIPO: PERFURADA COM SUPORTE EM SILICONE PARA INSTRUMENTAL, TAMPA: COM TAMPA, DIMENSOES: 321 X 90 X 45 CM	08
19	PINCA ENDOSCOPICA,DIAMETRO: 10 MM, MATERIAL: ACO INOX POLIDO, TIPO PONTA: MIXTER, COMPRIMENTO: 33 ~ 36 CM, ACAA: DISSECCAO E APREENSAO, ESTERILIZACAO: AUTOCLAVAVEL, TIPO: ROTATORIA COM EMPUNHADURA METALICA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	02

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

CIRURGIAS	2017	2018	2019	2020
-----------	------	------	------	------

Dos procedimentos cirúrgicos realizados pelo Serviço de Cirurgia Geral e Torácica, conforme dados coletados nos 3 livros dos protocolos das cirurgias realizadas no ano de 2020, apesar de todas as dificuldades que tivemos em decorrência a Pandemia de covid-19, diminuição de profissionais de saúde por doenças ou por deslocamento para outros setores para auxiliar no suporte de tratamento dos pacientes contaminados, das cirurgias realizadas do serviço de cirurgia geral e torácica, 67% delas foram realizadas com auxílio da videolaparoscopia, deste modo otimizando os resultados, com diminuição dos dias de internação, evitando contaminações nessas internações pelo covid-19, pela agilidade e recuperação mais precoce dos pacientes.

Em todas as cirurgias os instrumentos têm que ser checados. Antes do início do procedimento deve ser feito o “check list” de todo o material a ser utilizado. Quando iniciamos a cirurgia, geralmente não usamos toda essa quantidade de pinças que foi solicitada, mesmo porque temos orifícios limitados por onde elas passam dirigidas pelo cirurgião, porém todas as pinças descritas acima tem que estar na caixa, pelo motivo de segurança da cirurgia, isto é, caso haja mudança do procedimento por motivos alheios a vontade do cirurgião, temos que ter outras opções de pinças para que o procedimento não seja interrompido, ou convertido em cirurgia convencional (barriga ou tórax aberto), o que em determinados eventos, sangramento, por exemplo, pode levar a um risco de morte do paciente, podendo mudar o desfecho da cirurgia por ausência de alguma pinça na caixa da cirurgia.

Infelizmente, não temos dados informatizados das cirurgias laparoscópicas realizadas por outros serviços, como a cirurgia ginecológica, cirurgia urológica e coloproctológica, apenas os dados gerais de todas as cirurgias realizadas por todos os serviços.

Todos os materiais foram pedidos para a aquisição de 2 caixas para vídeo cirurgia, para que seja possível a realização de 2 cirurgias eletivas ou duas cirurgias laparoscópicas no mesmo dia, pois a equipe ficaria ociosa durante um longo tempo entre as cirurgias, por motivos descritos abaixo:

1. Após o término da cirurgia todo o material deve ser recolhido e verificado para ver se nenhuma peça está faltando - tempo variável (10 a 15 minutos);
2. Todo o material deve ser desmontado e lavado em lavadora ultrassônica, independente do seu uso ou não - em média 30 minutos;
3. Após degermado (lavado na lavadora ultrassônica), o material deve ser novamente lavado em água corrente para retirar a sujidade que por ventura tenha ficado, após essa lavagem deverá ser secado com ar comprimido e acondicionado na caixa de esterilização - em média 30 minutos;
4. Após guardado na caixa, o material é levado para o setor CME (centro de material estéril), aonde ele é embalado e preparado para colocação na autoclave (aparelho que esteriliza e seca o material) - em média 30 minutos;
5. Estando a autoclave disponível (ele é usado para esterilizar todo o material do HCAP), a caixa, após acondicionada e colocada para ser esterilizada; todo o processo de esterilização e secagem, dura em média 1 hora e 45 minutos.

Com base no descritivo acima, existe a necessidade de termos pelo menos duas caixas de videolaparoscopia, para que seja realizado pelo menos 2 cirurgias no mesmo dia, pois conforme descrevi, o intervalo entre o término da cirurgia para preparo da caixa para outra cirurgia a seguir, demora em média, 4 horas, tempo esse precioso que faz a diferença em otimizar os resultados de número de cirurgias laparoscópicas no HCAP.

Em relação ao item 18 - CAIXA PARA ESTERILIZAÇÃO, FINALIDADE: ÓTICAS CIRÚRGICAS, MATERIAL: AÇO INOX RESISTÊNCIA A PROCESSOS MEIOS FÍSICOS - QUÍMICOS, TIPO: PERFURADA COM SUPORTE EM SILICONE PARA INSTRUMENTAL, TAMPA: COM TAMPA, DIMENSÕES: 321 X90X45CM - foram solicitadas 8 (oito) caixas, pois as óticas (são os olhos do cirurgião, isto é, através delas as imagens são captadas e transformadas em imagens visuais, vistos através de uma monitor especial), são instrumentos muito delicados, são canos de aço, com inúmeras lentes próximas umas das outras, encaixadas sob pressão para serem resistentes a esterilização que é um processo que dura em média 1 hora e 45 minutos, a uma temperatura de 120º graus Celsius a 1 atmosfera de pressão,

além de caros, e para maior durabilidade devem ser acondicionados em caixas separadas para que a sua proteção seja máxima, deste modo evitando seu dano, já que não podem ser reparadas. O número de óticas que temos no Hospital nesse momento, após a chegada de 6 óticas do último pregão, são 08 (oito), portanto necessitamos desse número de caixas para o seu acondicionamento.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto do TR está inserido no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2022, de acordo com a Fundamentação legal: Decreto Estadual nº 46.642, de 17 de abril de 2019; Nota DGAF/CREq nº 002/2020, publicada no Boletim da SEDEC/CBMERJ nº 088, de 21/05/2020.

A aquisição dos insumos tratados neste TR tem como objetivo atender ao planejamento estratégico estabelecido pela Diretoria Geral de Saúde, constante em seu Relatório de Gestão 2021.

6. FORMA DE FORNECIMENTO

6.1- O fornecimento será efetuado por solicitação de compra, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

6.2- O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas como controle de temperatura, calor, umidade e luz, determinadas pela ANVISA, sob pena de devolução em caso de não conformidade;

6.3- A aquisição deverá se dar conforme a demanda institucional, evidenciada na necessidade do setor solicitante através de Solicitação de Fornecimento emitida pelo setor competente;

6.4- A embalagem deverá oferecer completa proteção ao produto em função das condições de armazenamento, acesso, movimentação e manuseio do produto nas dependências do licitante e descarga no local;

6.5- Os produtos devem conter, em suas embalagens e/ou rótulos, informações claras e de fácil leitura a respeito de seu nome, composição, lote, datas de fabricação e validade, CNPJ, nome e endereço do fabricante, condições de armazenamento e quantidade ou volume;

6.6- Produtos importados devem estar devidamente registrados e rotulados em conformidade com as normas sanitárias e de importação;

6.7- Será rejeitado no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as condições estabelecidas neste termo, ficando a Licitante vencedora obrigada a substituir os equipamentos recusados no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação expedida pela unidade recebedora, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº. 8.666/1993;

6.8- A Licitante vencedora garantirá a qualidade do produto proposto, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou má aparência, imediatamente após a notificação, sem ônus adicional ao contratante;

6.9- Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições e as embalagens não danificadas e adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, e com prazo de validade igual ou superior a 75% do prazo total estabelecido pelo fabricante;

7- MODALIDADE DA LICITAÇÃO

A licitação se dará pela modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial;

- 8.2** Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme descrição desse Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações de fabricante, tipo, modelo, procedência;
- 8.3** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.5** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos, desde que a contratada se manifeste nesse sentido em até 05 (cinco) dias úteis após ser notificada pela administração;
- 8.6** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 8.7** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.8** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades;
- 8.9** A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração;
- 8.10** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**;
- 8.11** A empresa fornecedora do material deverá fornecer Certificados de Garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal;
- 8.12** No termo de garantia ou equivalente deverá constar de maneira clara e adequada em que consiste a garantia, bem como a forma, o prazo e a indicação dos endereços das empresas que oferecem assistência técnica, o local onde poderá ser exercitado, o ônus a cargo da **CONTRATANTE**, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento;
- 8.13** O fornecedor do objeto, de acordo com as normas vigentes, pelo qual se obriga, independentemente de ser ou não o fabricante do produto, a efetuar a qualquer tempo, substituições de toda(s) a(s) unidade(s) que apresentar(em) defeito(s) de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para o CBMERJ, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado.
- 8.14** Caso o produto não esteja mais disponível no mercado, na ocasião da entrega, a empresa fornecedora deverá consultar a administração, fundamentando devidamente o pedido, ofertando um produto com características e qualidade iguais ou superiores a amostra aprovada pela DGS, cabendo a administração analisar a solicitação.
- 8.15** - A instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade do fornecedor, nem o exime de manter fiscalização própria;
- 8.16** - Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1** A **CONTRATANTE** deve prever em sua programação financeira e orçamento, os recursos necessários para custear as despesas relativas ao contrato;
- 9.2** Receber as amostras do material e avaliar se está de acordo com as especificações, no local designado

no **Item 10** disponibilizando data e horário;

9.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do (s) objeto (s) recebido com as especificações constantes do TR;

9.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de comissão de fiscalização de contrato, composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pelo diretor do HCAP, conforme ato de nomeação;

9.5 Nomear militar (es), para realizar o recebimento do objeto, devendo este (s) fazer anotações e registros de todas as ocorrências em livro próprio, determinando o que for necessário;

9.6 Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** à vista, através de crédito em conta, após efetiva entrega do bem, em até 30 (trinta) dias após assinatura do atesto pela Comissão de Recebimento do Material;

9.7 O material não deverá ser recebido, no caso de inconformidades;

9.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados.

9.9 A **CONTRATANTE** deve adotar as providências necessárias, dentro de suas possibilidades legais de atuação, para viabilizar a execução do objeto do contrato;

10. AMOSTRAS

10.1 Será exigida do primeiro colocado a apresentação de amostra documental, em forma de folder ou catálogo, deverão estar corretamente identificadas com o nome da empresa responsável pelo envio, bem como o nº do lote, contendo as características gerais e específicas dos objetos;

10.2 A amostra deverá ser entregue no Departamento Geral de Administração e Finanças (DGAF), sito à Praça da República, Nº 45 Centro - RJ, no prazo estabelecido em edital, para análise técnica, que deverá ser feita pelo oficial designado como representante;

10.3 As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com o nome da empresa responsável pelo envio;

10.4 Análise da amostra: será analisada pelo representante do Órgão Técnico da DIRETORIA GERAL DE SAÚDE, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado para comprovar a qualidade e conformidade com as especificações aqui descritas;

10.5 Os insumos cujo padrão de qualidade e desempenho estejam em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, será recusado pelo militar designado oficialmente como responsável, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas observadas. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

10.6 A proposta do licitante será desclassificada no caso da demonstração do material ser reprovada, devendo o mesmo ser notificado para ciência do laudo e retirada da amostra. Caso a amostra não seja retirada pelo licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, presumir-se-á seu desinteresse em relação à mesma, que poderá ser descartada;

10.7 A desclassificação da proposta na forma prevista no subitem anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à amostra.

11. LAUDOS

A Lei 8.666/1993, em seu art. 30, dispõe sobre o tipo de documentação relativa à qualificação técnica que pode ser exigida, garantindo, ao mesmo tempo, a isonomia dos participantes, bem

como que o vencedor do certame tenha condições técnicas de atender ao contrato.

Para fins de qualificação técnica todos os licitantes classificados deverão, obrigatoriamente, apresentar os documentos a seguir:

11.1 Certificado de Registro do Produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou cópia da publicação do registro no Diário Oficial da União. Será permitida a apresentação de cópia autenticada do protocolo de pedido de revalidação do registro junto à ANVISA, desde que tenha sido requerido nos termos do §6º do artigo 12 da Lei nº 6.360/76, em nome da licitante;

11.2 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

11.3 Licença de Funcionamento ou Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal para a atividade desenvolvida pela licitante;

11.4 Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) participante da licitação emitida pela ANVISA.

11.5 Em caso de produto importado, apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária local, laudo emitido pela inspeção emitido pela ANVISA, com manual de operação do aparelho redigido em Língua Portuguesa;

11.6- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12. LOCAL DE ENTREGA

O material deverá ser entregue, mediante agendamento, prévio no Almoxarifado Geral da Diretoria Geral de Saúde sito à Av. Bartolomeu de Gusmão, Nº 850 - São Cristóvão, RJ. No período compreendido entre 8:00 e 17:00 horas de 2ª a 6ª feira, exceto nos feriados nacionais, da cidade e Estado do Rio de Janeiro. A entrega deverá ser agendada com a chefia deste setor, pelo telefone (21) 2334-2009.

13. GARANTIA CONTRATUAL

Com fulcro no art. 56 da Lei nº 8.666/93, a solicitação da garantia aproxima-se em casos específicos visando o escorreito cumprimento das obrigações contratuais sem gerar prejuízos institucionais.

De forma perfunctória destaca-se os seguintes parâmetros a serem sopesados no ato da elaboração do estudo de aplicabilidade da exigência:

- *assegurar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*
- *prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;*
- *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
- *obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.*

Ao analisarmos o caso concreto esta Administração avaliou não ser imperiosa a solicitação de garantia contratual em razão de se tratar de objeto de baixa complexidade. Ademais, trata-se de uma aquisição simples e sem previsão de obrigações futuras cabendo, conforme comanda o § 4º do art. 62, a emissão da Nota de Empenho em substituição ao contrato.

Ademais, cabe destacarmos o entendimento proferido pela douta corte de contas da União acerca da exigência descabida de garantia:

"É facultado à Administração exigir prestação de garantia nas contratações de bens, obras e serviços, de modo a assegurar plena execução do contrato e a evitar prejuízos ao patrimônio público.

Antes de estabelecer no edital exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto."

(grifo nosso)

Neste tocante, a inclusão de garantia contratual oneraria o objeto sem a devida justificativa, além de exigir a adoção de outros procedimentos administrativos que retardariam de forma desarrazoada a futura aquisição.

14. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Não será necessária a capacitação dos militares médicos que farão uso dos itens adquiridos neste processo, pois a equipe já se encontra capacitada para tal.

15. BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

A **CONTRATADA** deverá adotar as seguintes medidas:

- Uso de recursos naturais de forma racional;
- Aplicação de métodos que visam a manutenção da biodiversidade;
- Adoção de sistemas de reciclagem de resíduos sólidos;
- Utilização sustentável de recursos naturais;
- Utilização de produtos que provocam o mínimo possível de impacto ambiental;

Todos os processos, atividades e serviços deverão ser realizados com base na preservação do meio ambiente, respeitando a saúde e segurança dos colaboradores, clientes, fornecedores, comunidade e partes interessadas.

16. PARTICIPAÇÃO EM REGIME DE CONSÓRCIO

É vedada participação de consórcios, tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob esta forma, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei 8.666/93, que em seu artigo 33, atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto (serviço comum), é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

- Quanto aos materiais que se pretende adquirir, cabe esclarecer que se trata de bens comuns, na forma que define o Art. 12, Art. 2-A da Lei nº 10.520/02;
- O produto cujo padrão de qualidade e desempenho esteja em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência ou com o Folder aprovado pela DGS, será recusado pelo militar designado oficialmente como responsável, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas observadas. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação;
- O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Rio de Janeiro, 20 de Outubro de 2022

LUIZ ALBERTO **DANON** CEL BM QOS/MED/96
RG 19.274 ID FUNCIONAL 3231935-5
CHEFE DA CIRURGIA GERAL

ANA **ELISA** DE SOUZA **NUNES** PRATES-TEN CEL BM QOS/MED/00
Respondendo pelo Setor de Planejamento e Logística da DGS
ID Funcional 3231065

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA:

ANDREIA DE ANDRADE **LENGRUBER** - Cel BM QOS/Méd/00
RG: 28.199 - Id Funcional 0026517523
Diretora Geral de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **TEN CEL LUIZ ALBERTO DANON**, Fiscal, em 24/10/2022, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maj QOS/Méd/00 Ana ELISA de Souza NUNES Prates**, REPRESENTANTE, em 25/10/2022, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andreia de Andrade Lengruber**, Diretora, em 26/10/2022, às 07:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **41275948** e o código CRC **6F073900**.

Referência: Processo nº SEI-270060/001281/2021

SEI nº 41275948

Praça da República, 45, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20211-350
Telefone: - <http://www.defesacivil.rj.gov.br/>